

00479/60

ECORTE  
Apartado 2571  
Lisboa-C-Portugal  
Telef. 443 01

DIARIO DE NOTICIAS  
Lisboa

22. 11. 1980

CARDEAL SARAIVA  
Ponte de Lima

CASTANHEIRENSE (O)  
Castanheira de Pera

CÁVADO  
Esposende

CIDADE DE TOMAR

Associações Académicas -  
Activid. soc. - Cult. -  
Compreensões

Univ. Évora

## Direita não terá maioria para rever Constituição

**afirmou Vital Moreira em Évora**

«Não deve ser a Constituição a alterar-se de acordo com a política do Governo, mas esta a pôr-se de acordo com a Lei Fundamental do País», disse Vital Moreira em Évora, num colóquio promovido pela Associação de Estudantes da Universidade local. O deputado comunista expressou ainda a sua convicção de que «a direita não vai conseguir a maioria parlamentar de dois terços para rever a Constituição.»

A conferência de Vital Moreira, subordinada ao tema «A Constituição da República e a Ordem Económica», foi a primeira de uma série que se prolongará até meados de Maio e levará à capital alentejana vários especialistas em questões constitucionais.

O deputado comunista começou por estabelecer uma comparação entre a actual Lei Fundamental e as anteriores, afirmando que a Constituição de 1976 «é muito mais um compromisso do que aquilo que os partidos

da direita querem fazer crer». Disse, a propósito, que o PSD «teve intervenção relevante na aprovação da Constituição, chegando a reclamar-se de partido mais constituinte que qualquer outro e hoje declara nada ter a ver com ela».

Vital Moreira entende que, desde 1976 «o processo económico e político tem muito pouco a ver com a Constituição, pois não se criaram os mecanismos que ela previa, antes se tem recuado em sentido contrário ao que ela preconiza». Os propósitos da Aliança Democrática relativamente à revisão constitucional serão «os de substituir a Constituição e não revê-la».

Depois de se referir aos argumentos invocados pelos que defendem a revisão — a neutralidade constitucional, a ineficácia da Constituição e a adesão de Portugal à CEE — o deputado comunista disse que a última das razões citadas não passa de «um alibi, pois é uma refalsada mentira dizer que a CEE exige a alteração da nossa Constituição».